

RELATÓRIO

DOS TRABALHOS REALIZADOS EM
1942, APRESENTADO AO TRIBUNAL
PELO EXMO. SR. MINISTRO PRE-
SIDENTE DR. EDUARDO ESPÍNDOLA



341.4191
E 77-3
1942
STF.

RELATÓRIO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Na segunda sessão extraordinária, realizada pelo Tribunal Pleno, em 29 de janeiro de 1943, o **Exmo.** Sr. ministro-presidente Eduardo Espinola leu o relatório dos trabalhos realizados pelo Supremo Tribunal Federal, em 1942:

Srs. Ministros:

Ainda uma vez, no cumprimento do dever que me cabe, nos termos do art. 26, n. 9, do Regimento Interno — de apresentar ao Tribunal, na última sessão de janeiro, um relatório circunstanciado dos trabalhos efetuados no ano decorrido, bem como o mapa dos julgados para fins estatísticos, venho expor aos eminentes colegas, em relação particularizada, as ocorrências do ano de 1942, que bem demonstram a eficiência e o ingente esforço do Órgão Supremo da Justiça Nacional, na preocupação de manter o prestígio de suas atribuições constitucionais e resguardar na pureza de seus fundamentos, os princípios de nossas instituições.

1. A SESSÃO DE REABERTURA DOS TRABALHOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, A 6 DE ABRIL DE 1942

Pela terceira vez, foi realizada de modo solene, no dia 6 de abril de 1942, a reabertura de nossos trabalhos, após o decurso dos dois meses de férias, honrada com a presença dos senhores presidentes dos Tribunais de Apelação e de Contas e da Ordem dos Advogados, bem como do representante do senhor presidente do Supremo Tribunal Militar.

Com muita propriedade, posso agora relembrar as palavras que então proferi:

"Nada mais grato me é do que poder afirmar, com a convicção sincera de quem se habituou a não desvirtuar os fatos e a observar a contingência das situações políticas e sociais, que q Supremo Tribunal Federal, fiel às suas tradições, cônio da proeminência da função que lhe reservou a Constituição, tem sempre exercido integralmente, e com a máxima eficiência, os deveres e direitos que lhe com-

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA NACIONAL	
BIBLIOTECA	
NOME	DATA
AG	7/2/60

petem, prestigiando, quando oportuno, no âmbito de sua competência, a ação política e administrativa do Poder Executivo, que vemos empenhado na obra salutar e patriótica de salvaguardar a pureza de nossas instituições, a plenitude dos interesses nacionais, o respeito de nossa soberania e independência".

Voosso igualmente repetir que — "ainda hoje não se pode recusar ao Supremo Tribunal Federal a qualidade de genuíno e máximo intérprete da Constituição e das leis, determinando, portanto, o alcance dos seus dispositivos, a finalidade de suas prescrições, precisando, na firmeza de suas decisões, os princípios constitucionais, a que se subordinam as leis ordinárias e todos os órgãos da administração pública".

Ante a gravidade da situação, em que já então se encontrava o Brasil, manifestamos naquele momento o nosso apoio e solidariedade a S. Ex. o Sr. Presidente da República, pelos atos que havia praticado, na defesa da honra, da soberania e dos interesses nacionais.

Mais tarde, na sessão do Tribunal Pleno, realizada a 26 de agosto, quando o Poder Executivo se vira na dura e inevitável contingência de declarar o Brasil em guerra contra os seus desabusados agressores, dirigimos a S. Ex. o Sr. Presidente da República uma moção de irrestrito apoio e confiança do tribunal e da justiça nacional, por todos nós assinada, na qual fizemos sentir que — se a nós, como juizes, incumbe, nos tempos normais, zelar pela integridade de nossas instituições, pela segurança da ordem social, pelo resguardo de nossa soberania, sobem de vulto as responsabilidades de nossa função, na situação anormal a que fomos arrastados, cabendo-nos o dever de fornecer ao Governo o concurso de nossa colaboração harmônica para que realize integralmente a restauração de nossos direitos sagrados e a desafrota de nossos bríos".

O expressivo agradecimento de S. Ex. consta da ata da sessão do Tribunal Pleno, de 2 de setembro.

Na mesma sessão inaugural, proferiu eloquente discurso o senhor Dr. procurador geral da República, que leu também um officio do Sr. ministro da Justiça, impossibilitado de comparecer à solenidade, por ser dia em que tinha de despachar o expediente de sua pasta com o Sr. Presidente da República.

Fez-se finalmente ouvir, em notável oração, o aplaudido jurisconsulto Dr. Targino Ribeiro, na qualidade de presidente do Conselho da Ordem dos Advogados.

2. O SUPREMO TRIBUNAL NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES

Através de todas as vicissitudes da hora angustiosa que vivemos, no concurso harmônico de todas as manifestações da vida nacional, impõe-se à apreciação imparcial de todos os núcleos sociais a serenidade eficiente com que o Poder Judiciário compreende e exerce a função relevantíssima, que lhe reserva o regime político-constitucional do país.

Este Tribunal não poupou esforços para vencer as dificuldades resultantes do número sempre crescente de processos a estudar. E' na verdade, impressionante o resultado que oferece a estatística das causas decididas pelo Tribunal Pleno e pelas Turmas. A grande assistência de

advogados e litigantes a todas as sessões demonstra o interesse com que são ouvidas as notáveis justificações de votos proferidas neste recinto, traduzindo belas e eloqüentes lições da vida do direito e demonstrando que o prestígio da justiça e de seus órgãos, dia a dia mais se acentua em Iodas as camadas sociais, com a confiança que lhes merecem, no escrúpulo, na segurança e no acerto das decisões.

O respeito e a consideração com que este Tribunal é visto por seus jurisdicionados jamais foram excedidos em qualquer fase de sua existência. Já hoje se não observa o grande acúmulo de processos que, por algum tempo, foi obstáculo à realização de julgamentos imediatos.

E' verdade que existe ainda um certo número de autos aguardando o estudo do relator ou do revisor.

Mas isso porque, conforme no relatório anterior já havia salientado, impossível se tornou atender à grande afluência dos processos recebidos, principalmente dos recursos extraordinários.

Notemos o aumento verificado nestes últimos quatro anos.

Em 1939 foram distribuídos 1.450 processos; em 1940 o número elevou-se a 2.333; em 1941 subiu ainda a 2.503.

Em 1942 a distribuição de processos novos apresenta o número de 2.310, menos, portanto que em 1940 e 1941.

A ligeira diminuição resulta da circunstância de, por efeito da guerra e das restrições à concessão e admissão do *habeas-corpus*, decrescerem os pedidos de liberdade (cerca de 100 menos) e as sentenças estrangeiras dependentes de homologação.

Os recursos extraordinários ainda se elevaram.

Chegaram ao Tribunal: 286 em 1939; 804 em 1940; 1.047 em 1941; 1.333 em 1942.

Passando a particularizar os serviços do Tribunal durante o ano de 1942, apresento-vos as seguintes ocorrências:

A) Número de sessões.

Durante o ano de 1942, o Supremo Tribunal realizou 167 sessões: 57 (sendo 15 extraordinárias) do Tribunal Pleno; 60 da Primeira Turma; 50 da Segunda Turma.

Nestes últimos quatro anos, somente em 1940 tivemos maior número de sessões (mais seis); entretanto foi muito maior, em 1942, o número de causas julgadas, como adiante mostraremos.

QUADRO COMPARATIVO DO NÚMERO DE SESSÕES:

	1942	1941	1940	1939
Tribunal Pleno.....	57	58	67	46
Primeira Turma	60	60	60	58
Segunda Turma	50	43	46	40
Totais.....	167	161	173	144

B) *Número de julgamentos.*

Os quadros **organizados** pela secção administrativa, subordinada ao solícito e competente subsecretário do Tribunal — Dr. Alix Ribeiro de Avelar — permitem-me estabelecer úteis e interessantes comparações.

O Tribunal Pleno proferiu, em 1942, 611 decisões, número inferior ao dos julgamentos de 1941; mas, ainda assim, cresceu a soma dos recursos extraordinários decididos em grau de embargos.

A Primeira Turma, que em 1941 julgara 909 causas, mais 260 que em 1940, julgou 1.069 processos em 1942.

A Segunda Turma também aumentou consideravelmente o número de suas decisões: 489 em 1940, 659 em 1941, 772 em 1942.

JULGAMENTOS DO TRIBUNAL PLENO

Número de ordem	Espécies	1940	1941	1942
I	Petições de <i>habeas-corpus</i>	139	178	162
II	Recursos de <i>habeas-corpus</i>	178	196	124
III	Mandados de Segurança	21	28	13
IV	Reclamações	1	1	0
V	Denúncias	1	2	1
VI	Pedidos de Extradicação	3	2	2
VII	Conflitos de Jurisdição	40	22	58
VIII	Recursos Extraordinários Criminais	2	1	3
IX	Revisões Criminais	6	3	3
X	Homologações de Sentenças Estrangeiras	11	19	20
XI	Ações Recisórias	5	7	9
XII	Embargos Remetidos	1	1	1
XIII	Agravos de Petição e de Instrumento	72	122	43
XIV	Apelações Cíveis	82	36	45
XV	Recursos Extraordinários	96	78	123
	Totais	658	696	611

JULGAMENTOS DA PRIMEIRA TURMA

Número de ordem	Espécies	1940	1941	1942
I	Cartas Testemunháveis Criminais	—	—	9
II	Recursos Extraordinários Criminais	1	1	18
III	Recursos de Liquidação de Sentenças	2	4	3
IV	Embargos Remetidos	—	2	—
V	Cartas Testemunháveis Cíveis	13	10	7
VI	Agravos de Petição e de Instrumento	311	334	330
VII	Apelações Cíveis	112	95	224
VIII	Recursos Extraordinários	209	463	485
	Totais	648	909	1.069

JULGAMENTOS DA SEGUNDA TURMA

Número de ordem	Espécies	1940	1941	1942
I	Cartas Testemunháveis Criminais	0	0	3
II	Recursos Extraordinários Criminais	0	1	15
III	Recursos de Liquidação de Sentenças	5	3	4
IV	Cartas Testemunháveis Cíveis	19	7	8
V	Agravos de Petição e Instrumento	279	305	357
VI	Apelações Cíveis	63	108	116
VII	Recursos Extraordinários	123	235	272
	Totais	489	659	772

Os recursos extraordinários julgados pelas duas Turmas do Tribunal sugerem as seguintes considerações:

A Primeira Turma julgou 18 recursos extraordinários criminais e 485 recursos extraordinários cíveis.

Dos criminais, foi o seguinte o resultado:

Não conheceram do recurso, por não ser caso dêle em	10
Conheceram do recurso e deram-lhe provimento em	5
Conheceram do recurso e negaram provimento em	9
Remetido ao Tribunal Pleno	1

Dos cíveis:

Não conheceram do recurso por não ser caso dêle, em	300
Conheceram do recurso e deram-lhe provimento em	95
Conheceram do recurso e negaram provimento, em	77
Rejeitaram os embargos de declaração em	1
Em diligência	3
Desistência	1
Remeteram ao Tribunal Pleno	2

Quanto à Segunda Turma:

A Segunda Turma julgou 15 recursos extraordinários criminais e 272 cíveis.

Nos criminais a decisão foi a seguinte:

Não tomou conhecimento do recurso, por não ser caso, em	15
---	----

Nos cíveis:

Não conheceram, por estar fóra do prazo — em	1
Não conheceram, por não ser caso do recurso — em	192
Conheceram e deram provimento — em	51
Conheceram e negaram provimento	21
Remeteram ao Tribunal Pleno (mat. constit.)	1
Receberam os embargos de declaração, em	1
Rejeitaram os embargos de declaração, em	1
Confirmaram o despacho do relator em	1
Remetidos à Primeira Turma — em	2
Prejudicado	1

Do que fica exposto resulta que, em 316 espécies, a Primeira Turma não tomou conhecimento do recurso extraordinário, por não ser caso dele, o que representa cerca de 63 % dos processos julgados (503).

Por sua vez, a Segunda Turma também não admitiu o recurso extraordinário, por não caber na espécie, em 306 casos, isto é, numa percentagem aproximadamente igual à da Primeira Turma.

E como, na grande maioria dos casos, a impropriedade do recurso se verificou por não ocorrer a hipótese da letra a do art. 101, III, da Constituição, fácil é de compreender quanto contribuiria para a

diminuição dos recursos descabidos, atenuando nesse ponto os trabalhos do Tribunal, empreendidos em pura perda de tempo, a supressão ou a modificação dos termos daquele dispositivo constitucional.

Com essa providência e com uma razoável redistribuição de processos, não serei temerário afirmando que o Supremo Tribunal ficará rigorosamente em dia com todos os seus encargos.

Considere-se que foram distribuídos durante o ano 2.130 processos novos; o Tribunal Pleno e as duas turmas proferiram englobadamente 2.452 decisões; destas, devemos destacar 219 concernentes à solução dos embargos, sendo, portanto, 2.233 os primeiros julgamentos.

Daí se depreende que a diferença entre o número de processos novos distribuídos e o dos primeiros julgamentos é inferior a 80; o que quer dizer que, afastados os recursos extraordinários totalmente descabidos e habilitada que se torne a douta Procuradoria Geral da República, por uma providência adequada, a atender às numerosas e graves exigências do cargo, o que nas condições atuais lhe não será possível, o Supremo Tribunal ficará apto a resolver durante o ano todas as controvérsias que forem submetidas ao seu exame e ainda a libertar-se das que restem de exercícios anteriores.

O que até hoje conseguimos, neste sentido, é bem significativo. Já não existem processos com dia designado para julgamento, que fiquem de um ano para o outro, como acontecia até pouco tempo.

Efetivamente, como o demonstra um quadro anexo, ainda de 1935 para 1936 passaram 581 processos com dia para julgamento; de 1936 para 1937 — 646; de 1937 para 1938 — 784.

De 1938 para cá poude o Tribunal solucionar todas as causas estudadas e prontas para julgamento.

E' também o que se verifica presentemente. E' me lícito afirmar que todos os processos estudados foram incluídos em pauta e todos salvo ligeira exceção verificada na última pauta, foram julgados, quer pelo Tribunal Pleno, quer pelas duas Turmas.

Muito significativo também, na demonstração do intenso trabalho do Tribunal, é o quadro dos processos publicados em audiência, no decénio de 1932 a 1941 e no ano de 1942.

Em 1932, nas audiências presididas pelos Srs. ministros, foram publicados 1.490 acórdãos; em 1933 — 1.118; em 1934 — 966; em 1935 — 1.063; em 1936 — 1.244; em 1937 — 1.316; em 1938 — 1.672; em 1939 — 1.314; em 1940 — 1.469.

Em 1941, elevou-se muito o número de acórdãos publicados — 2.108, isto é, mais 639 que no ano anterior.

Ainda assim, em 1942 foram publicados 2.238 acórdãos, isto é — mais 130 que em 1941.

III — EMENDAS AO REGIMENTO

Na 5.^a sessão do Tribunal Pleno, realizada a 8 de abril, por proposta do Sr. ministro Bento de Faria, foi aprovada a seguinte modificação do art. 59 do Regimento: "A distribuição por sorteio, determinada pelo art. 40, será feita antes da abertura das sessões do Tribunal Pleno, em hora fixada pelo presidente, a qual será anunciada".

Na 12.^a sessão extraordinária do Tribunal Pleno, realizada a 23 de novembro, o Sr. ministro Philadelpho Azevedo formulou a seguinte proposta: "Destacar da letra c do art. 30 do Regimento Interno, para

constituir nova alínea, a hipótese de audiência do procurador geral da República, nos recursos extraordinários, incorporando-se o texto do decreto-lei n. 2.590 de 17 de setembro de 1940, e esclarecendo-se se as expressões -- pessoa jurídica pública, para tal efeito, se limitam à enumeração constante do art. 14 do Código Civil, ou se abrangem ainda as autarquias, que desempenhem serviço público".

Foi nomeada uma comissão, constituída pelos Srs. ministros Castro Nunes, Aníbal Freire e Orosimbo Nonato, para dar parecer sobre a proposta.

A comissão apresentou as seguintes conclusões, que foram aprovadas (na 38.^a sessão ordinária, a 2 de dezembro):

"A). Suprimam-se da letra c do art. 30 do Regimento as palavras -- e recursos extraordinários.

B). Acrescente-se, sob letra d (passando a atual letra d a e, e assim por diante): -- Nos recursos extraordinários, se for parte pessoa jurídica pública, inclusive autarquia federal, estadual ou municipal, ou órgão do Ministério Público, ou quando o relator o solicitar (decreto-lei n. 2.590, de 17 de setembro de 1940).

Fizeram restrições os Srs. ministros José Linhares, Laudo de Camargo e Bento de Faria.

C). Na 13.^a sessão extraordinária, a 14 de dezembro, foi apresentada pelo Sr. ministro Barros Barreto uma proposta fixando o prazo dentro do qual se deve efetuar o pagamento da taxa judiciária, sob pena de deserção do recurso.

Foi aprovada a fixação do prazo de 30 dias, pelo relator, se já distribuído o processo, ou pelo presidente antes da distribuição, publicando-se no *Diário da Justiça* os despachos homologatórios dos laudos, juntamente com a notificação para o preparo dentro do dito prazo.

D). Na 13.^a sessão do Tribunal Pleno, a 13 de maio, o Sr. ministro Otávio Kelly suscitou uma questão de ordem, consistente em determinar a quem compete tomar providências sobre o prosseguimento, ou não, do processo na instância inferior, enquanto pende de julgamento a carta testemunhável, se ao relator do feito ou ao presidente. S. Excia. considerou-se incompetente numa espécie de que era relator. A sua opinião foi aprovada por todo o Tribunal.

E). Na 35.^a sessão do Tribunal Pleno, a 11 de novembro, foi apresentada pelo Sr. ministro José Linhares a seguinte questão: "como deverão proceder os presidentes das Turmas, quando ocorrer empate na votação?"

Nomeada uma comissão, constituída pelos Srs. ministros Bento de Faria, Laudo de Camargo e José Linhares, apresentou ela na 36.^a sessão, a 18 de novembro, o seu parecer, com esta conclusão: O art. 67 do Regimento, quanto aos §§ 2.^o e 3.^o, deve ter esta redação: § 2.^o Se ocorrer empate no Tribunal Pleno, desempatará o presidente e, se for na Turma, será adiada a decisão até que se possa tomar o voto do outro ministro que não haja participado da votação e, quando não seja possível, será convocado o ministro da outra Turma na ordem da antiguidade". -- "Suprimam-se no § 3.^o as palavras -- na Turma". O parecer da comissão foi aprovado.

F). Na mesma 36.^a sessão do Tribunal Pleno, suscitou-se uma questão de ordem sobre a concessão da palavra ao advogado do suscitado, em conflito de jurisdição, decidindo o Tribunal que lhe era facultado ocupar a tribuna.

G). Na 26.^a sessão, suscitou o Sr. ministro Barros Barreto a seguinte questão: "Deve o Supremo Tribunal Federal conhecer do

habeas-corpus, em face do decreto n. 10.358, de 31 de agosto, que declara o estado de guerra em todo o território nacional?" O Tribunal decidiu que lhe competia conhecer do pedido de *habeas-corpus*, com as limitações resultantes da interpretação teleológica do decreto em questão. Declararam não tomar conhecimento do *habeas-corpus* os Srs. ministros Barros Barreto e Bento de Faria.

H).. Na 12.^a sessão da Primeira Turma, a 7 do maio, se formulou a questão de saber como se redigirá o acórdão, no caso de não conferir o resultado do julgamento proclamado com o que resulta das notas taquigráficas. Resolveu a Turma que -- havendo divergência entre a proclamação do julgamento e as notas taquigráficas, deverão estas prevalecer.

í). Na 30.^a sessão da mesma Turma, foi suscitada a questão -- se é possível adiar o julgamento, afim de se processar a habilitação de herdeiros.

J). Ainda na 30.^a sessão da Primeira Turma decidiu que -- sem a exibição do instrumento de mandato, não é admitido o advogado a produzir defesa oral (tratava-se de um recurso extraordinário cível).

4. SERVIÇOS DA PRESIDÊNCIA

A). *Precatórias*. Durante o ano de 1942 foram recebidas no Tribunal 71 cartas precatórias solicitando créditos na importância de Cr\$ 10.535.969,95.

Foram todas elas processadas e cumpridas rigorosamente na forma da Constituição, observados os dispositivos do Regimento Interno.

B). *Rogatórias*. Durante o ano de 1942, chegaram ao Tribunal 11 cartas rogatórias. Destas, foram preparadas -- 5; cumpridas -- 0; estão em andamento -- 5; não foram preparadas -- 0.

5. OCORRÊNCIAS

A) *Aposentadorias e nomeações*

Por decreto de 1 de abril, publicado no *Diário Oficial* de 4 do mesmo mês, foi aposentado, de acordo com o art. 91, alínea a da Constituição, o nosso eminente colega ministro Francisco Tavares da Cunha Melo, que, no dia 8 de abril compareceu a este Tribunal para apresentar as suas despedidas, proferindo, no momento, as belas palavras, do que ainda nos lembramos com saúde e emoção.

Lamentando os motivos de seu afastamento, manifestei-lhe então, em nome do Tribunal, os nossos sinceros votos pelo restabelecimento de sua preciosa saúde.

Ouviu-se, também, nessa ocasião, a eloquente palavra do senhor doutor procurador geral da República, falandô, finalmente, pela classe dos Srs. Advogados, o professor Dr. Haroldo Valadão.

Por decreto de 29 de julho, publicado no *Diário Oficial* de 31 do mesmo mês, foi aposentado o eminente colega ministro Otávio Kelly, de acordo com o mesmo art. 91, alínea a da Constituição.

Tivemos a 5 de agosto a visita do ilustre companheiro, trazendo ao Tribunal as suas despedidas, e cujo discurso constitui uma das mais belas páginas lidas neste recinto.

Coube-me ainda apresentar-lhe os votos de felicidade do brilhante colega que de nós se apartava.

Pronunciou eloquente oração o eminente colega ministro Laudo de Camargo, exprimindo o seu pesar, que foi o de todos nós, pela separação do presado amigo e companheiro.

Fizeram-se ouvir ainda o Sr. Dr. procurador geral da República e o Dr. Justo de Moraes, presidente do Conselho da Ordem dos Advogados, e finalmente o juiz federal Dr. Cunha Vasconcelos.

Por decreto de C de abril, na vaga aberta pela aposentadoria do ministro Cunha Melo, foi nomeado, para substituí-lo, o desembargador Alvaro Goulart de Oliveira, que tomou posse e entrou em exercício no dia 15 do mesmo mês.

A vaga decorrente da aposentadoria do ministro Otávio Kelly foi preenchida pelo professor Philadelpho Azevedo, nomeado por decreto de 3 de agosto, tomando posse no dia 20, quando entrou em exercício.

Ambos êles, juriscultos de grande nomeada, vieram confirmar as qualidades excelsas que tanto os haviam recomendado ao apreço e admiração de todos os que privam nos meios judiciários e se dedicam às letras jurídicas.

O primeiro veio do Tribunal de Apelação deste Distrito, de que era o aclamado presidente. O segundo, além de professor eminente de nossa Universidade, já se nos impusera, como advogado de virtudes invulgares.

B) *Licença.* Durante o ano somente um dos nossos ilustres colegas entrou em gozo de licença — o Sr. ministro Alvaro Goulart de Oliveira, por 30 dias para tratamento de saúde, a partir de 22 de dezembro.

C) *Visitas e despedida*

A presidência do Tribunal recebeu as seguintes visitas:

I - - Do embaixador da República Argentina -- Sr. Adrian C. Escobar, a 1 de outubro.

II -- Do embaixador do Chile — Sr. Gabriel Gonzalez Videla, em 11 de setembro.

III — Dos Srs. Carlos Garcia Gastañeta, Andrew B. Schea e Ricardo Marco del Pont, por ocasião da reunião dos Chanceleres das Repúblicas da América, nesta Capital.

IV • - Dos Reverendos Monsenhor Manuel Martins de Moraes e cônegos Simeão de Macedo e António B. Pinto, em agradecimento da coparticipação do Tribunal nas homenagens fúnebres, pelo falecimento de S. Em. o Sr. Cardeal D. Sebastião Leme.

Pelo Sr. Embaixador do Chile - - Ministro Mariano Fontecilla foi dirigida ao Tribunal, a 17 de junho, uma mensagem de despedida, ao deixar o cargo diplomático que ocupava junto ao nosso Governo.

D) *Votos de pesar*

Tivemos durante o ano de lamentar a perda de nossos eminentes colegas ministros Eptácio Pessoa e Pedro Joaquim dos Santos.

Foram consignados nas atas de sessões do Tribunal Pleno e das Turmas votos de profundo pesar pelo passamento dos notáveis juriscultos.

Foram também consignados nas atas votos de pesar pelo falecimento do magistrado baiano desembargador Ezequiel Ponde e de S. Eminência o Cardeal D. Sebastião Leme, assim como pela morte de brasileiros civis e militares, vítimas dos torpedamentos de nossos navios.

SEGUNDA PARTE

Serviços de Secretaria

1. GABINETE DAPRESIDÊNCIA

Continuou a funcionar como secretário da Presidência o Dr. Alberto Ferreira de Abreu Filho, que, no desempenho das funções de seu cargo, soube conservar a mesma correção, revelando-se, como sempre, solícito e criterioso, qualidades que o **recomendaram** e recomendam à confiança e estima desta Presidência.

O serviço de dactilografia, no gabinete da presidência, continua a cargo de D. Zaíra Lião Eiras e D. Amélia da Costa Côrtes, cujo serviço tem sido excelente, executando corretamente os trabalhos a seu cargo.

2. SECRETARIA DO TRIBUNAL

A Secretaria do Tribunal é chefiada pelo antigo e zeloso secretário Dr. Teófilo Gonçalves Pereira, cuja atuação é digna de louvor, concorrendo, em grande parte, para a ordem, disciplina, regularidade e eficiência de todos os importantes serviços que superintende.

A Secretaria compreende sete secções.

A) Quanto à primeira secção — a administrativa — tem por chefe o bacharel Alix Ribeiro de Avelar, do qual só me cabe louvar, como o fiz no relatório anterior, a grande competência e o incansável esforço. Os mapas e demonstrativos, que se encontram nos volumes anexos a este relatório demonstram o que acabo de afirmar. Tem como dactilógrafa D. Clotilde Neiva de Figueiredo Timponi, que é urna funcionária exemplar.

B) A segunda secção — judiciária criminal — cuja direção compete ao Sr. Hugo Pinto Mosca, nomeado para substituir o bacharel Ismael Olavo Soares de Sousa, e que continua afastado do serviço, em comissão do Governo, foi provisoriamente dirigida pelo funcionário Jaime Schindler, que procedeu de modo satisfatório.

C) A terceira secção — a judiciária cível — tem por chefe o bacharel António Luiz dos Santos Werneck, que também exerce as funções de secretário da Segunda Turma. Como em todo o período anterior de exercício neste Tribunal, p. operoso e inteligente funcionário prestou serviços da maior relevância, impondo-se à consideração e ao apreço, não só desta presidência e dos eminentes colegas, como igualmente dos demais funcionários e dos ilustres advogados que frequentam a Secretaria.

D) A quarta secção — jurisprudência — a cargo do oficial bacharel Jaime Pinheiro de Andrade, funcionou de modo satisfatório, realizando trabalhos importantes, que reclamaram do digno funcionário um grande esforço e muita competência. Nada deixou a desejar, mere-

cendo encómos, assim como os demais funcionários da sua e de outras secções que lhe prestaram apreciável auxílio. O serviço de jurisprudência corresponde atualmente ao fim para que foi instituído, graças ao zelo do bacharel Jaime Pinheiro e à diligência e atenção que lhe não regateia o ilustre diretor da Imprensa Nacional.

E) A quinta secção — biblioteca — está hoje confiada à direção do bacharel Francisco de Paula Couto de Oliveira, inteligente e culto, que consagra à biblioteca do Tribunal toda sua capacidade de trabalho, organização e seleção.

Durante o exercício, foram adquiridas, por compra, 113 obras jurídicas, em 212 volumes, no valor de Cr\$ 12.000,00, verba destinada a esse fim.

Foram oferecidos 17 volumes.

De um dos anexos a este relatório constam as obras compradas e as oferecidas.

E) A sexta sessão — taquigrafia — dirigida pelo hábil taquígrafo Sr. Fuad Abla, prestou, com a maior regularidade e segurança, os serviços que lhe competem, mantendo a mesma eficiência que pude reconhecer no relatório do ano passado e merecendo a nossa confiança.

O) A sétima secção — dactilografia — sob a direção da assistente técnica D. Olga Menge Salgado Wood, merece louvor pela eficiência do serviço que pôde realizar, tornando possível o quanto conseguimos no aumento das soluções e das publicações, que salientei na primeira parte do relatório. Faço justiça à digna funcionária, que é a assistente técnica, proclamando a excelência de sua atuação. As zelosas funcionárias que trabalharam sob sua direção concorreram para a eficiência do serviço, como não hesito em reconhecer.

3. OCORRÊNCIAS DA SECRETARIA

A) Nomeações, admissão de extranumerários, transferência.

Durante o ano, foram admitidos os seguintes extranumerários:

I — Por portaria n. 444, de 3 de fevereiro, como auxiliar de escritório, referência VII, José Evaristo de Miranda Sobrinho, tendo entrado em exercício na mesma data;

II — Por portaria n. 446, de 5 de fevereiro, como auxiliar de escritório, referência VII, Valter Carrocino, tendo entrado em exercício aos 20 dias do referido mês;

III — Por portaria n. 008, de 4 de abril, como ascensorista, referência VII, João Alves da Rocha, tendo entrado em exercício no dia 10 do mesmo mês;

IV — Por portaria n. 617, de 10 de abril, como ascensorista, referência VII, Sérgio Alves Porto, tendo entrado em exercício no dia 23 do mesmo mês;

V — Por portaria n. 633, de 8 de maio, como ascensorista, referência VII, Osvaldo Batista de Carvalho, tendo entrado em exercício no dia 13 do mesmo mês;

VI — Por portaria n. 847, de 20 de agosto, como auxiliar de escritório, referência VII, Ena Maria Lins de Barros, tendo entrado em exercício no dia 25 do mesmo mês;

VII — Por portaria n. 857, de 20 de agosto, como auxiliar de escritório, referência VII, Eulália Vieira de Orneias, tendo entrado em exercício no dia 27 do mesmo mês.

Por portaria de 30 de abril, designei o taquígrafo Fuad Abla para exercer a função gratificada de diretor da taquigrafia, tendo tomado posse e entrado em exercício na mesma data.

Por decreto de 26 de maio, foi transferido do quadro suplementar do Ministério da Justiça para o quadro permanente da Justiça, na Secretaria do Tribunal o oficial administrativo Ismael C. Cavalcanti.

Pediram dispensa de suas funções os auxiliares de escritório, Valter Carrocino, a 16 de março, e José Evaristo de Miranda Sobrinho, a 16 de junho.

Foi também dispensado a 8 de outubro o auxiliar de escritório Dário do Figueiredo Costa.

B) Licenças:

Por esta presidência foram concedidas as seguintes licenças:

I — Por ato de 15 de janeiro, por 90 dias, para tratamento de saúde, à dactilógrafa, classe G, Lídia Poetscher, no período de 16 de janeiro a 15 de abril de 1942.

II — Por ato de 6 de abril, de 30 dias, para tratamento de saúde, a dactilógrafa, classe G, Brasília Sousa Bandeira de Melo, no período de 8 de abril a 7 de maio de 1942.

III -- Por ato de 17 de abril, de 90 dias, para tratamento de saúde, ao oficial administrativo, classe L. Bel. Benjamin Antunes de Oliveira Filho, no período de 8 de abril a 7 de julho de 1942.

IV - - Por ato de 27 de abril, de 90 dias, em prorrogação, para tratamento de saúde, à dactilógrafa, classe G, Lídia Poetscher, no período de 16 de abril a 14 de julho de 1942.

V — Por ato de 9 de maio, de 45 dias, para tratamento de saúde, ao ajudante de porteiro, padrão H, Benvindo António de Melo, no período de 4 de maio a 17 de junho de 1942.

VI -- Por ato de 10 de junho, de 90 dias, para tratamento de saúde, à dactilógrafa, classe G, Edith Moniz, no período de 1 de junho a 29 de agosto de 1943.

VII -- Por ato de 18 de junho, de 90 dias, em prorrogação, ao ajudante de porteiro, padrão H, Benvindo António de Melo, no período de 18 de junho a 15 de setembro de 1942.

VIII -- Por ato de 6 de julho, de 30 dias, para tratamento de saúde, à dactilógrafa, classe G, Luiza Junqueira Schmidt, no período de 6 de julho a 4 de agosto.

IX — Por ato de 10 de julho, 90 dias, em prorrogação, para tratamento de saúde, ao oficial administrativo, classe L, Benjamin Antunes de Oliveira Filho, no período de 7 de julho a 4 de setembro.

X -- Por ato de 15 de julho, de 90 dias, em prorrogação, para tratamento de saúde, à dactilógrafa, classe G, Lídia Poetscher, no período de 15 de julho a 13 de outubro.

XI — Por ato de 2 de setembro, de 90 dias, em prorrogação, para tratamento de saúde, à dactilógrafa, classe G, Edith Moniz, no período de 30 de agosto a 27 de novembro.

XII — Por ato de 21 de setembro, de 90 dias, em prorrogação, para tratamento de saúde, ao ajudante de porteiro, padrão H, Benvindo António de Melo, no período de 16 de setembro a 14 de dezembro.

XIII — Por ato de 23 de setembro, de 90 dias, para tratamento de saúde, à dactilógrafa, classe G, Brasília Sousa Bandeira de Melo, no período de 18 de setembro a 16 de dezembro.

XIV — Por ato de 16 de outubro, de 180 dias, em prorrogação, para tratamento de saúde, à dactilógrafa, classe G, Lídia Poetscher, no período de 14 de outubro a 11 de abril de 1943.

XV — Por ato de 23 de dezembro foram concedidos 120 dias, em prorrogação, para tratamento de saúde, ao ajudante de porteiro, padrão H. Benvindo Antônio de Melo, no período de 15 de dezembro de 1942 a 14 de abril de 1943.

XVI — Por ato de 17 dezembro, de 60 dias, em prorrogação, para tratamento de saúde, à dactilógrafa, classe G, Brasília Sousa Bandeira de Melo, no período de 17 de dezembro de 1942 a 14 de fevereiro de 1943.

São estas as informações que trago ao Tribunal sobre os trabalhos realizados no decurso do ano de 1942, e as ocorrências dignas de menção.

Em anexo ao relatório se encontram os quadros estatísticos organizados pelo operoso sub-secretário Dr. Alix Ribeiro do Avelar, assim como toda a discussão de ordem e de reforma do Regimento, e todos os dados concernentes à parte administrativa.

Ao declarar encerrados os nossos trabalhos no período de 1 de abril de 1942 a 31 de janeiro de 1943, faço votos, eminentes colegas, pelo vosso proveitoso repouso e por vossa tranquilidade no período das férias.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1943. — *Eduardo Espínola*, presidente do Supremo Tribunal Federal.

PRIMEIRA PARTE

Judiciária

DIVISÃO DO TRABALHO

- A) Das sessões.
- B) Dos julgamentos.
- G) Da natureza dos julgamentos.
- D) Das audiências.
- E) Das causas com dia para julgamento.
- F) Das deserções.
- G) Das distribuições.
- H) Do protocolo.

A) DAS SESSÕES

Durante o ano de 1942, o Supremo Tribunal Federal realizou 167 sessões, sendo:

I — Pelo Tribunal Pleno — sessões ordinárias	42
II — Pelo Tribunal Pleno — sessões extraordinárias	15
III — Pela Primeira Turma — sessões ordinárias	60
IV — Pela Segunda Turma — sessões ordinárias	50
Total anual de sessões	167

B) DOS JUIGAMENTOS

I — Processos julgados pelo Supremo Tribunal Federal — Tribunal Pleno:

- a) No decénio de 1932 a 1941.
 - 1.º Matéria Criminal;
 - 2.º Matéria Cível.
- b) No biénio de 1941 a 1942.
- c) No ano de 1942 (isoladamente).
- d) Pelo Tribunal Pleno, 1.ª e 2.ª Turmas, em conjunto, em 1942.

II — Processos julgados pela Primeira Turma:

- a) No biénio de 1941 a 1942.
- b) No ano de 1942.

III — Processos julgados pela Segunda Turma:

- a) No biénio de 1941 a 1942.
- b) No ano de 1942.

PROCESSOS JULGADOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NO PERÍODO
DE 1932 A 1941, PELAS ESPÉCIES SEGUINTE:

A) MATÉRIA CRIMINAL

N. DE ORDEM	ESPÉCIES	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	TOTAL NO DECÊNIO, POR ESPÉCIE
I	Habeas-Corpus	397	360	438	328	295	273	357	429	317	374	3 568
II	Mandados de Segurança	—	—	42	109	187	180	87	70	21	28	724
III	Reclamações	—	2	—	1	1	—	—	—	1	1	6
IV	Denúncias	2	—	—	2	—	3	—	1	1	2	11
V	Pedidos de Extradicação	4	8	2	9	4	4	3	7	3	2	46
VI	Pedidos de Intervenção Federal	—	—	—	1	2	1	2	—	—	—	6
VII	Ações Penais	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	3
VIII	Inquéritos administrativos	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1
IX	Recursos de apreensão de livros	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1
X	Recursos Criminais	36	40	57	62	36	21	3	—	—	—	255
XI	Rec. Extr. Criminais	—	—	—	—	—	—	1	1	2	3	7
XII	Apelações Criminais	42	47	53	58	58	50	12	2	1	—	323
XIII	Revisões Criminais	420	234	248	143	273	158	7	5	6	3	1 497
TOTAIS ANUAIS		901	691	840	714	856	693	473	515	352	413	6 448
TOTAL NO DECÊNIO												6.448

B) MATÉRIA CÍVEL

N. DE ORDEM	ESPÉCIES	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	TOTAL NO DECÊNIO, POR ESPÉCIE
I	Conflitos de Jurisdição	47	40	35	59	50	61	22	33	40	22	402
II	Ações Cíveis originárias	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	9
III	Ações Rescisórias	4	—	2	2	—	—	2	6	5	7	28
IV	Homologações de Sentenças Estrangeiras	10	13	9	—	12	12	16	18	11	19	120
V	Recursos eleitorais	—	—	—	—	—	9	2	—	—	—	11
VI	Recursos de liquidação de Sentença	4	14	12	7	6	4	8	9	11	7	82
VII	Embargos Remetidos	1	1	4	1	—	—	—	1	1	3	12
VIII	Cartas Testemunháveis	56	64	39	50	40	24	113	43	40	17	486
IX	Agravos de Petição e de Instrumento	298	304	308	212	197	321	852	568	662	761	4.483
X	Apelações Cíveis	400	324	950	69	143	203	432	156	257	239	3.173
XI	Rec. Extraordinários	167	104	148	100	109	74	314	241	428	776	2.461
TOTAIS ANUAIS		988	864	1.508	500	557	708	1.761	1.075	1.455	1.851	11.267
TOTAL NO DECÊNIO												11.267

JULGAMENTOS REALIZADOS PELO TRIBUNAL PLENO, 1.ª E 2.ª TURMAS, EM 1942.
(EM CONJUNTO)

N. DE ORDEM	ESPÉCIES DE PROCESSOS	TRIBUNAL PLENO	1.ª TURMA	2.ª TURMA
I	Petições de Habeas-Corpus	162	—	—
II	Recursos de Habeas-Corpus	124	—	—
III	Mandados de Segurança	13	—	—
IV	Denúncias	1	—	—
V	Extradições	2	—	—
VI	Conflitos de Jurisdição	58	—	—
VII	Recursos Extraordinários Criminais	3	18	9
VIII	Revisões Criminais	3	—	—
IX	Homologações de Sentenças Estrangeiras	20	—	—
X	Ações Rescisórias	9	—	—
XI	Recursos de Liquidação de Sentenças	—	3	3
XII	Cartas Testemunháveis	2	7	6
XIII	Cartas Testemunháveis Criminais	—	2	5
XIV	Embargos Remetidos	1	—	—
XV	Agravos de Petição e de Instrumento	43	330	357
XVI	Apelações Cíveis	45	224	115
XVII	Recursos Extraordinários	123	485	272
XVIII	Ações Cíveis Originárias	2	—	—
TOTAIS PARCIAIS		611	1.069	767
TOTAL EM CONJUNTO				2.445

PROCESSOS JULGADOS PELA PRIMEIRA TURMA, NO BIÊNIO 1941 - 1942.

N. DE ORDEM	ESPÉCIES DE PROCESSOS	1941	1942	DIFERENÇAS	
				Para mais	Para menos
I	Cartas Testemunháveis Criminais		2	2	—
II	Recursos Extraordinários Criminais	1	18	17	—
III	Recursos de Liquidação de Sentenças	4	3	—	1
IV	Embargos Remetidos	2	—	—	2
V	Cartas Testemunháveis Cíveis	10	7	—	3
VI	Agravos de Petição e Instrumento	334	330	—	4
VII	Apelações Cíveis	95	224	129	—
VIII	Recursos Extraordinários	463	485	22	—
TOTAIS		909	1.069	170	10

NOTA — No ano de 1942, foram julgados, pela Primeira Turma, *mais*, 160 processos.

JULGAMENTOS EFETUADOS PELA PRIMEIRA TURMA, DURANTE O ANO DE 1942

(ISOLADAMENTE)

N. DE ORDEM	ESPÉCIES DE PROCESSOS	JANEIRO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
I	Recursos Extraordinários Criminais.	2	1	—	1	—	3	5	—	5	1	18
II	Cartas Testemunháveis Criminais...	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	2
III	Recursos de Liquidação de Sentenças	—	—	1	—	—	—	2	—	—	—	3
IV	Embargos Remetidos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
V	Cartas Testemunháveis Cíveis.....	1	—	1	2	1	—	1	1	—	—	7
VI	Agravos (De Petição e de Instrumento).....	41	35	51	19	32	27	30	28	36	31	330
VII	Apelações Cíveis.....	25	10	14	14	20	17	25	56	34	—	224
VIII	Recursos Extraordinários.....	72	26	39	25	22	32	52	77	81	59	485
	TOTAIS MENSAIS.....	141	72	106	61	75	79	116	162	156	100	1 069
	TOTAL ANUAL.....											1.069

— 98 —

PROCESSOS JULGADOS PELA SEGUNDA TURMA, NO BIÊNIO 1941 - 1942.

N. DE ORDEM	ESPÉCIES DE PROCESSOS	1941	1942	DIFERENÇAS	
				Para mais	Para menos
I	Cartas Testemunháveis Criminais.....	—	3	3	—
II	Recursos Extraordinários Criminais.....	1	15	14	—
III	Recursos de Liquidação de Sentenças.....	3	4	1	—
IV	Cartas Testemunháveis Cíveis.....	7	5	—	2
V	Agravos de Petição e de Instrumento.....	305	357	52	—
VI	Apelações Cíveis.....	108	116	8	—
VII	Recursos Extraordinários.....	235	272	37	—
	TOTAIS.....	659	772	115	2

— 27 —

NOTA — No ano de 1942, foram julgados, pela Segunda Turma, mais 113 processos.

V — Não conheceram	1
VI — Negaram provimento ao recurso e, conhecendo do pedido como originário, o deferiram	2
VII — Negaram provimento ao recurso e, conhecendo do pedido, como originário, o indeferiram	4
VIII — Negaram provimento ao recurso e, conhecendo do pedido como originário, julgaram-no prejudicado	2
Total	<u>124</u>

Procedência:

Os 124 recursos de *habeas-corporis*, julgados no ano de 1942, tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados

1. Maranhão	1
2. Piauí	1
3. Rio Grande do Norte	3
4. Paraíba do Norte	3
5. Pernambuco	9
6. Baía	4
7. Espírito Santo	3
8. Rio de Janeiro	3
9. Distrito Federal	69
10. São Paulo	11
11. Paraná	5
12. Santa Catarina	3
13. Rio Grande do Sul	3
14. Minas Gerais	1
15. Goiás	5
Total	<u>124</u>

Mandados de segurança:

Durante o ano de 1942, foram julgados pelo Tribunal Pleno 13 mandados de segurança, sendo proferidas as decisões seguintes:

I — Negaram provimento	8
II — Deram provimento	3
III — Não conheceram	2
Total	<u>13</u>

Procedência:

Os 13 mandados de segurança, julgados no ano de 1942, tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados

1. Pernambuco	1
2. Baía	1
3. Espírito Santo	1
4. Distrito Federal	8
5. Minas Gerais	2
Total	<u>13</u>

Denúncias:

Durante o ano de 1942, o Tribunal Pleno julgou uma denúncia, que foi mandada arquivar.

Procedência:

A denúncia acima referida procedia do Estado do Piauí.

Extradições:

Durante o ano de 1942, o Tribunal Pleno julgou dois pedidos de Extradição, sendo um convertido o julgamento em diligência e o outro deferido.

Procedência:

Os dois pedidos de extradição acima aludidos tinham como procedência a República da Bolívia.

Conflitos de jurisdição:

Durante o ano de 1942, foram julgados pelo Tribunal Pleno 58 conflitos de jurisdição, sendo proferidas as decisões seguintes:

I -- Improcedentes	12
II — Procedentes	38
III — Rejeitaram os embargos de declaração	1
IV — Diligência	1
V — Prejudicados	3
VI — Não conheceram	3
Total	<u>58</u>

Procedência:

Os 58 conflitos de jurisdição, julgados no ano de 1942, tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados

1. Amazonas	1
2. Pará	1
3. Pernambuco	4

4.	Alagoas	1
5.	Baía	1
6.	Espírito Santo	3
7.	Rio de Janeiro	7
8.	Distrito Federal	24
9.	São Paulo	7
10.	Paraná	2
11.	Rio Grande do Sul	4
12.	Minas Gerais	2
13.	Território do Acre	1
Total		<u>58</u>

Recursos extraordinários criminais:

Durante o ano de 1942, foram julgados pelo Tribunal Pleno 3 recursos extraordinários criminais, sendo proferidos os seguintes julgamentos:

I — Rejeitaram os embargos	1
II — Receberam os embargos de declaração	1
III — Confirmado o despacho do Sr. ministro-relator	1
Total	<u>3</u>

Procedência:

Os recursos extraordinários criminais acima referidos procediam do Distrito Federal.

Revisões criminais:

Durante o ano de 1942, foram julgadas pelo Tribunal Pleno 3 revisões criminais, sendo proferidas as decisões seguintes:

I — Deferiram	1
II — Indeferiram	2
Total	<u>3</u>

Procedência:

As três revisões criminais julgadas em 1942 tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados

1.	Paraíba do Norte	1
2.	São Paulo	2
Total		<u>3</u>



Homologações de sentenças estrangeiras:

Durante o ano de 1942, foram julgadas pelo Tribunal Pleno 20 homologações de sentenças estrangeiras, sendo proferidas as decisões seguintes:

I — Concederam	10
II — Negaram	7
III — Não conheceram	1
IV — Receberam os embargos	0
Total	<u>20</u>

Procedência:

As 20 homologações de sentenças estrangeiras julgadas em 1942, pelo Tribunal Pleno, tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Países

1.	Alemanha	1
2.	República Argentina	1
3.	Estados Unidos	1
4.	França	2
5.	Inglaterra	1
6.	Itália	1
7.	Portugal	7
8.	Suiça	3
9.	Uruguai	2
10.	Líbano	1
Total	<u>20</u>	

Ações recisórias:

Durante o ano de 1942, foram julgadas pelo Tribunal Pleno 9 ações recisórias, sendo proferidas as decisões seguintes:

I — Improcedentes	6
II — Procedente	1
III — Rejeitaram os embargos	2
Total	<u>9</u>

Procedência:

As nove ações recisórias julgadas em 1942, pelo Tribunal Pleno, tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados

1.	Pará	1
2.	Distrito Federal	5
3.	São Paulo	3
Total	<u>9</u>	

Ações cíveis originárias:

Durante o ano de 1942, foram julgadas pelo Tribunal Pleno duas ações cíveis originárias, sendo confirmados os despachos dos Exmos. Srs. ministros relatores, nas mesmas proferidas.

Procedência:

As duas ações cíveis originárias procediam do Estado de S. Paulo.

Cartas testemunháveis:

Durante o ano de 1942, foram julgadas pelo Tribunal Pleno duas cartas testemunháveis. Na primeira, foi confirmado o despacho proferido pelo Excelentíssimo Senhor ministro relator, a segunda teve o julgamento convertido em diligência.

Procedência:

Ditas cartas testemunháveis procediam do Estado de S. Paulo.

Agravos de petição e de instrumento:

Durante o ano de 1942, foram julgados pelo Tribunal Pleno 43 agravos, sendo proferidas as decisões seguintes:

I — Receberam os embargos	13
II — Rejeitaram os embargos	20
III — Não conheceram	1
IV — Matéria Constitucional	2
V — Confirmaram o despacho do relator	7
Total	<u>43</u>

Procedência:

Os 43 agravos de petição e de instrumento, julgados em 1942, pelo Tribunal Pleno, tinham, as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados

1. Maranhão	1
2. Paraíba do Norte	1
3. Baía	6
4. Espírito Santo	2
5. Distrito Federal	9
6. São Paulo	20
7. Santa Catarina	1
8. Minas Gerais	2
9. Território do Acre	1
Total	<u>43</u>

Embargos remetidos:

Durante o ano de 1942, foi julgado pelo Tribunal Pleno um processo de embargos remetidos, sendo que foram rejeitados os embargos. Dito processo era proveniente do Estado de São Paulo.

Apelações cíveis:

Durante o ano de 1942, foram julgadas pelo Tribunal Pleno 45 apelações cíveis, sendo proferidas as decisões seguintes:

I — Receberam os embargos	6
II — Rejeitaram os embargos	22
III -- Não conheceram dos embargos	4
IV -- Confirmaram o despacho do relator	H
V — Rejeitaram os embargos de declaração	1
VI — Matéria Constitucional	1
Total	<u>45</u>

Procedência:

As 45 apelações cíveis, julgadas no ano de 1942 pelo Tribunal Pleno, tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados

1. Amazonas	1
2. Ceará	2
3. Pernambuco	1
4. Baía	2
5. Distrito Federal	27
6. São Paulo	2
7. Paraná	2
8. Rio Grande do Sul	3
9. Minas Gerais	2
10. Mato Grosso	2
11. Território do Acre	1
Total	<u>45</u>

Recursos extraordinários:

Durante o ano de 1942, foram julgados pelo Tribunal Pleno 123 recursos extraordinários, sendo proferidas as decisões seguintes:

I — Receberam os embargos	25
II — Receberam os embargos de declaração	1
III — Rejeitaram os embargos	72
IV — Rejeitaram os embargos de declaração	3
V -- Confirmaram o despacho do relator	13
VI — Matéria Constitucional	5
VII — Desistência	i
VIII — Não conheceram dos embargos	3
Total	<u>123</u>

Procedência:

Os 123 Recursos Extraordinários julgados em 1942, pelo Tribunal Pleno, tinham as seguintes procedências:

Número de ordem — Estados	
1. Pará	4
2. Maranhão	1
3. Ceará	7
4. Paraíba do Norte	3
5. Pernambuco	1
6. Sergipe	1
7. Baía	13
8. Rio de Janeiro	8
9. Distrito Federal	33
10. São Paulo	26
11. Paraná	8
12. Santa Catarina	1
13. Minas Gerais	16
14. Mato Grosso	4
Total	123

Durante o ano de 1942, foram julgadas pela Primeira Turma duas cartas testemunháveis criminais, sendo uma julgada procedente e outra improcedente — determinando-se a remessa: desta última ao Tribunal Pleno.

Cartas testemunháveis criminais:

Procedência:

Ditas cartas procediam uma do Estado de São Paulo e a outra do Estado de Pernambuco.

Recursos extraordinários criminais:

Durante o ano de 1942, a Primeira Turma julgou 18 recursos extraordinários criminais, sendo proferidas as decisões seguintes:

I — Não conheceram do recurso, por não ser caso d'ele ..	10
II — Conheceram do recurso e deram provimento ..	5
III — Conheceram do recurso e negaram provimento ..	2
IV — Remetidos ao Tribunal Pleno	1
Total	18

Procedência:

Os 18 recursos extraordinários criminais, julgados em 1942 pela Primeira Turma, tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados	
1. Rio Grande do Norte	1
2. Paraíba do Norte	1

3. Baía	3
4. Espírito Santo	1
5. Distrito Federal	5
6. São Paulo	4
7. Paraná	2
8. Rio Grande do Sul	1
Total	18

Cartas testemunháveis cíveis:

Durante o ano de 1942, foram julgadas pela Primeira Turma 7 cartas testemunháveis, sendo proferidas as decisões seguintes:

I -- Improcedentes	6
II -- Precedente	1
Total	7

Procedência:

As 7 cartas testemunháveis, julgadas em 1942, tinham as procedências seguintes:

1. Amazonas	1
2. Paraíba	1
3. tSão Paulo	5
Total	7

Recursos de Liquidação de sentenças:

Durante o ano de 1942, foram julgados pela Primeira Turma 3 recursos de liquidação de sentenças, sendo proferidas as seguintes decisões:

I — Deram provimento	2
II — Negaram provimento	1
Total	3

Procedência:

Os 3 recursos de liquidação de sentenças, julgados em 1942, tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados	
1. Pernambuco	1
2. Baía	2
Total	3

Agravos de petição e de instrumento:

Durante o ano de 1942, foram julgados pela Primeira Turma 330 agravos, sendo proferidas as seguintes decisões:

I — Negaram provimento	232
II — Deram provimento	70
III — Remeteram à Justiça Local	5
IV — Não conheceram	15
V — Rejeitaram os embargos de declaração	3
VI — Diligências	2
VII — Remeteram ao Tribunal Pleno	3
Total	330

Procedência:

Os 330 agravos de petição e de instrumento julgados em 1942, pela Primeira Turma, tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados

1. Amazonas	1
2. Pará	1
3. Maranhão	7
4. Ceará	2
5. Rio Grande do Norte	8
6. Paraíba do Norte	14
7. Pernambuco	13
8. Alagoas	3
9. Sergipe	2
10. Bahia	14
11. Espírito Santo	15
12. Rio de Janeiro	13
13. Distrito Federal	90
14. São Paulo	89
15. Paraná	5
16. Santa Catarina	4
17. Rio Grande do Sul	16
18. Minas Gerais	18
19. Goiás	8
20. Mato Grosso	4
21. Acre	3
Total	330

Apelações cíveis:

Durante o ano de 1942, a Primeira Turma julgou 224 apelações cíveis, sendo proferidas as seguintes decisões:

I — Negaram provimento	147
II — Deram provimento	52
III — Não conheceram	4
IV — Diligência	1

V -- Remeteram ao Tribunal Pleno	5
VI — Remeteram à Justiça Local	3
VII — Receberam os embargos de declaração	1
VIII — Rejeitaram os embargos de declaração	4
IX — Desistência	1
X — Prescrita	1
XI — Concedida suspensão da instância	5
Total	224

Procedência:

As 224 apelações cíveis julgadas em 1942, pela Primeira Turma, tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados

1. Maranhão	1
2. Piauí	2
3. Ceará	5
4. Rio Grande do Norte	5
5. Paraíba do Norte	2
6. Pernambuco	8
7. Alagoas	1
8. Bahia	9
9. Espírito Santo	3
10. Rio de Janeiro	6
11. Distrito Federal	110
12. São Paulo	39
13. Paraná	9
14. Rio Grande do Sul	6
15. Minas Gerais	10
16. Goiás	2
17. Mato Grosso	3
18. Território do Acre	3
Total	224

Recursos extraordinários:

Durante o ano de 1942, a Primeira Turma julgou 485 recursos extraordinários, sendo proferidas as seguintes decisões:

I — Não conheceram do recurso, por não ser caso d'ele	306
II — Conheceram do recurso e deram-lhe provimento	95
III — Conheceram do recurso e negaram provimento	77
IV — Remeteram ao Tribunal Pleno — Matéria Constitucional	2
V — Rejeitaram os embargos de declaração	1
VI — Diligências	3
VII — Desistência	1
Total	485

Procedência:

Os 485 recursos extraordinários julgados pela Primeira Turma, em 1942, tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados	
1.	Amazonas 4
2.	Pará 7
3.	Maranhão 2
4.	Piauí 7
5.	Ceará 15
6.	Rio Grande do Norte 2
7.	Paraíba do Norte 15
8.	Pernambuco 17
9.	Alagoas 5
10.	Sergipe 1
11.	Baía 32
12.	Espírito Santo 16
13.	Rio de Janeiro 47
14.	Distrito Federal 77
15.	São Paulo 109
16.	Paraná 27
17.	Santa Catarina 16
18.	Rio Grande do Sul 14
19.	Minas Gerais 62
20.	Goiás 2
21.	Mato Grosso 8
<hr/>	
Total	485

Durante o ano de 1942, a Segunda Turma julgou 15 recursos extraordinários criminais, tendo deixado de tomar conhecimento, por não ser caso de recurso.

Recursos extraordinários criminais:

Procedência:

Os 15 recursos extraordinários criminais acima referidos tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados	
1.	Paraíba 1
2.	Alagoas 1
3.	Rio de Janeiro 1
4.	Distrito Federal 2
5.	São Paulo 5
6.	Paraná 1
7.	Minas Gerais 1
8.	Goiás 1
9.	Mato Grosso 2
<hr/>	
Total	15

Cartas testemunháveis cíveis:

Durante o ano de 1942, foram julgadas pela Segunda Turma 5 cartas testemunháveis cíveis, sendo proferidas as decisões seguintes:

I — Improcedentes	2
II — Procedentes	3
<hr/>	
Total	5

Procedência:

As 5 cartas testemunháveis acima referidas tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados

1. São Paulo	1
2. Paraná	2
3. Minas Gerais	2
<hr/>	
Total	5

Recursos de liquidação de sentenças:

Durante o ano de 1942, foram julgados pela 2.^a Turma 4 recursos de liquidação de sentenças, sendo proferidas as seguintes decisões:

I — Negaram provimento	3
II — Diligência	1
<hr/>	
Total	4

Procedência:

Os 4 recursos de liquidação de sentenças julgados pela Segunda Turma, em 1942, tinham as procedências seguintes:

1. Piauí	1
2. Ceará	1
3. Santa Catarina	1
4. Minas Gerais	1
<hr/>	
Total	4

Agravos de petição e de instrumento:

Durante o ano de 1942, foram julgados pela Segunda Turma 357 agravos de petição e de instrumento, sendo proferidas as decisões seguintes:

I -- Negaram provimento	269
II — Deram provimento	59

III — Remeteram à Justiça Local	4
IV — Não conheceram	16
V — Rejeitaram os embargos de declaração	3
VI — Diligências	6
Total	357

Procedência:

Os 357 agravos de petição e de instrumento julgados pela Segunda Turma, em 1942, tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados

1. Pará	6
2. Maranhão	13
3. Piauí	4
4. Ceará	1
5. Rio Grande do Norte	5
6. Paraíba do Norte	9
7. Pernambuco	19
8. Alagoas	6
9. Sergipe	2
10. Baía	15
11. Espírito Santo	19
12. Rio de Janeiro	9
13. Distrito Federal	81
14. São Paulo	112
15. Paraná	14
16. Santa Catarina	3
17. Rio Grande do Sul	15
18. Minas Gerais	14
19. Goiás	4
20. Mato Grosso	3
21. Território do Acre	3
Total	357

Apelações cíveis:

Durante o ano de 1942, foram julgadas pela Segunda Turma 116 apelações cíveis, sendo proferidas as seguintes decisões:

I — Negaram provimento	66
II — Deram provimento	39
III — Remeteram à Justiça Local	2
IV — Não conheceram	1
V — Diligências	6
VI — Confirmado o despacho do Sr. ministro relator	1
VII — Suspensão de instância	1
Total	116

Procedência:

As 116 apelações cíveis julgadas em 1942, pela Segunda Turma, tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados

1. Amazonas	2
2. Pará	1
3. Maranhão	1
4. Piauí	2
5. Ceará	2
6. Rio Grande do Norte	2
7. Pernambuco	6
8. Baía	3
9. Espírito Santo	2
10. Distrito Federal	64
11. São Paulo	20
12. Paraná	4
13. Santa Catarina	1
14. Rio Grande do Sul	3
15. Minas Gerais	3
Total	116

Recursos extraordinários:

Durante o ano de 1942, foram julgados pela Segunda Turma 272 recursos extraordinários, sendo proferidas as seguintes decisões:

I — Não conheceram do recurso, por interposto fora do prazo legal	1
II — Não conheceram do recurso, por não ser caso dele	192
III — Conheceram do recurso e deram provimento ..	51
IV — Conheceram do recurso e negaram provimento ..	21
V — Remeteram ao Tribunal Pleno — Matéria Constitucional	1
VI — Receberam os embargos de declaração	1
VII — Rejeitaram os embargos de declaração	1
VIII — Confirmaram o despacho do relator	1
IX — Remetidos à Primeira Turma	2
X — Prejudicado	1
Total	272

Procedência:

Os 272 recursos extraordinários julgados em 1942, pela Segunda Turma, tinham as procedências seguintes:

Número de ordem — Estados

1. Amazonas	3
2. Pará	7

3.	Maranhão	3
4.	Piauí	2
5.	Ceará	9
6.	Rio Grande do Norte	2
7.	Paraná do Norte	5
8.	Paranábuco	7
9.	Alagoas	5
10.	Sergipe	1
11.	Bahia	42
12.	Espirito Santo	13
13.	Rio de Janeiro	19
14.	Distrito Federal	49
15.	São Paulo	63
16.	Paraná	43
17.	Santa Catarina	11
18.	Rio de Grãdo do Sul	10
19.	Minas Gerais	36
20.	Goiás	1
21.	Mato Grosso	1
	Total	272

PROCESSOS PUBLICADOS EM AUDIÊNCIA, NO DECÊNIO DE 1932 A 1941

a) MATÉRIA CRIMINAL

N. DE ORDEM	ESPÉCIES	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	TOTAL NO DECÊNIO, POR ESPÉCIE
I	Mandados de Segurança	—	—	10	76	164	218	57	88	31	31	675
II	Reclamações	—	2	—	—	1	1	—	1	1	—	6
III	Denúncias	1	—	—	—	1	6	—	—	2	1	11
IV	Pedidos de Extradicação	5	6	3	10	5	4	3	8	2	2	48
V	Pedidos de Intervenção Federal	—	—	—	—	1	1	1	—	—	—	3
VI	Inquéritos Administrativos	—	—	—	1	1	1	—	—	—	—	3
VII	Recursos de apreensão de livros	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1
VIII	Recursos Criminais	30	34	43	61	34	34	3	5	—	—	243
IX	Rec Extr Criminais	—	—	—	—	3	—	—	—	—	2	5
X	Apelações Criminais	43	33	46	59	51	68	19	3	1	—	323
XI	Revisões Criminais	393	254	127	247	274	244	33	6	6	15	1.599
	TOTAIS ANUAIS	472	329	229	454	535	576	117	111	43	51	2.917
	TOTAL NO DECÊNIO											2.917

6) MATÉRIA CÍVEL

N. DE ORDEM	ESPÉCIES	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	TOTAL NO DECÊNIO. POR ESPÉCIE
I	Conflitos de Jurisdição.....	53	29	41	48	41	33	16	38	33	35	367
II	Ações Cíveis Originárias.....	2	—	—	1	—	—	—	—	—	—	3
III	Ações Originárias Regressivas..	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
IV	Ações Rescisórias.....	4	1	1	2	1	—	2	3	6	7	27
V	Homologações de Sentenças Es- trangeiras.....	9	12	9	9	9	15	12	24	10	19	128
VI	Recursos Eleitorais.....	—	—	—	3	—	16	3	1	—	—	23
VII	Recursos de Liquidação de Sen- tença.....	4	12	9	7	8	—	9	6	8	4	67
VIII	Embargos Remet dos.....	—	1	3	—	2	1	2	—	1	—	10
IX	Cartas Testemunháveis.....	68	54	42	26	52	37	117	42	47	17	502
X	Agravos (de Pet. e Inst.).....	292	259	244	179	236	338	806	555	640	885	4 434
XI	Apelações Cíveis.....	425	304	289	258	239	200	345	284	262	263	2 869
XII	Recursos Extraordinários.....	160	117	99	76	121	100	243	250	419	824	2.409
	TOTAIS ANUAIS.....	1 018	789	737	609	709	740	1 555	1 203	1 426	2 054	10 840
	TOTAL DO DECÊNIO.....											10.840

PROCESSOS PUBLICADOS EM AUDIÊNCIA, NO BIÊNIO 1941 A 1942

N. DE ORDEM	ESPÉCIES DE PROCESSOS	1941	1942	DIFERENÇAS	
				Para mais	Para menos
I	Mandados de Segurança — Originários.....	31	11	—	20
II	Cartas Testemunháveis Criminais.....	—	4	4	—
III	Denúncias.....	2	—	—	2
IV	Recursos Extraordinários Criminais.....	2	27	25	—
V	Revisões Criminais.....	15	3	—	12
VI	Queixa-Crime.....	1	1	—	—
VII	Conflitos de Jurisdição.....	35	54	19	—
VIII	Pedidos de Extradicação.....	2	2	—	—
IX	Homologações de Sentenças Estrangeiras.....	19	16	—	3
X	Ações Rescisórias.....	7	9	2	—
XI	Ação Cível Originária.....	—	1	1	—
XII	Recursos de Liquidação de Sentenças.....	4	12	8	—
XIII	Embargos Remetidos.....	—	1	1	—
XIV	Cartas Testemunháveis Cíveis.....	17	14	—	3
XV	Agravos de Petição e Instrumento.....	885	714	—	171
XVI	Apelações Cíveis.....	263	375	112	—
XVII	Recursos Extraordinários.....	824	994	170	—
XVIII	Rogatória.....	1	—	—	1
	TOTAIS.....	2.108	2.238	342	212

NOTA: No ano de 1942, foram publicados em Audiência *mais* 130 processos.

PROCESSOS PUBLICADOS EM AUDIÊNCIA, DURANTE O ANO DE 1942

N. DE ORDEM	ESPÉCIES DE PROCESSOS	JANEIRO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	1	8	10	27	TOTAL
I	Cartas Testemunháveis Criminais...	—	—	—	—	—	—	2	1	—	1	4
II	Recursos de Mandados de Segurança	2	—	3	3	1	—	1	—	—	1	11
III	Recursos Extraordinários Criminais.	—	1	—	3	3	—	6	3	7	4	27
IV	Revisões Criminais	—	1	1	—	—	—	—	1	—	—	3
V	Queixa-Crime	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
VI	Conflitos de Jurisdição	2	4	2	10	9	7	7	5	3	5	54
VII	Pedidos de Extradicação	—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	2
VIII	Homologações de Sentenças Estrang.	—	3	1	1	2	4	2	2	—	1	16
IX	Ações Rescisórias	—	—	—	1	—	3	—	2	—	3	9
X	Ação Cível Originária	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1
XI	Recursos de Liqui l. de Sentença...	4	—	—	2	1	—	—	3	2	—	12
XII	Embargos Remetidos	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
XIII	Cartas Testemunháveis Cíveis	2	1	1	2	1	3	1	2	1	—	14
XIV	Agraves de Petição e Instrumento.	79	45	53	67	116	65	61	57	86	85	714
XV	Apelações Cíveis	36	30	40	29	44	23	34	29	49	61	375
XVI	Recursos Extraordinários	100	75	80	56	265	71	82	54	101	110	994
	TOTAIS MENSAIS	225	161	181	174	443	177	197	159	249	272	2 238
	TOTAL ANUAL...											2.238

Durante o ano de 1942, foram apresentados 52 requerimentos em audiência, distribuídos pelos meses seguintes:

Janeiro	2
April	5
Maio	6
Junho	4
Julho	6
Agosto	6
Setembro	6
Outubro	3
Novembro	5
Dezembro	6
Total	52

DAS DESERÇÕES

N. DE ORDEM	ESPÉCIES DE PROCESSOS	JANEIRO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETE.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAIS
I	Agravos de Petição e Instrumento...	4	6	4	—	—	3	2	3	4	2	28
II	Apelações Cíveis	1	1	2	—	2	2	2	—	1	1	12
III	Recursos Extraordinários	—	11	8	—	3	1	7	1	1	4	36
	TOTAIS MENSAIS	5	18	14	—	5	6	11	4	6	7	76
	TOTAL ANUAL											76

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS, DURANTE O ANO DE 1942

N. DE ORDEM	ESPÉCIES DE PROCESSOS	J	Fev.	Março	Abril	Maio	Jun.	Jul	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAIS
I	Habeas-Corpus — Petições	20	4	7	8	17	11	23	19	13	14	10	3	159
II	Habeas-Corpus — Recursos	11	9	3	18	W	g	14	7	9	10	S	3	120
III	Carta Testemunhável Criminal										1			1
IV	Recursos de Mandados de Segurança	1		2	2				2	1	1	2	2	13
V	Denúncias							1	1					4
VI	Rec. Extraordinários Criminais						g	4	2	7	3	3	10	32
VII	Revisões Criminais						1							1
VIII	Conflitos de Jurisdição	3	2	3	5	4	1	8	4	7	3	8	13	61
IX	Pedidos de Extradicação		1											1
X	Homologações de Sentença Estrangeira	2			1	1	?	1	1	1		1		10
XI	Ações Rescisórias	2			3	2		1		1	2	1	1	13
XII	Ação Cível Originária				3									3
XIII	Recursos de Liquidação de Sentenças	1			1			1	1	1	1	1		7
XIV	Cartas Testemunháveis Cíveis					2	1	2	2	1	2		1	11
XV	Agravos de Petição e Instrumento	45			130	35	63	52	34	40	50	60	61	570
XVI	Apelações Cíveis	33			67	1?	?	23	15	18	15	??	23	255
XVII	Recursos Extraordinários	87			180	85	85	132	73	123	84	110	PO	1 049
	TOTAIS MENSAIS	905	16	15	418	177	?	203	262	161	222	186	?	2 310
	TOTAL ANUAL													2 310

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS EM GRAU DE EMBARGOS

N. DE ORDEM	ESPÉCIES DE PROCESSOS	JANEIRO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOV.	DEZ.	TOTAIS
I	Ação Rescisória.....	—	—	1	—	1	—	1	—	—	—	3
II	Sentença Estrangeira.....	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1
III	Agravos de Petição e Instrumento...	2	1	2	2	1	3	7	2	—	3	23
IV	Apelações Cíveis.....	5	3	3	5	3	5	6	2	2	11	45
V	Recursos Extraordinários.....	7	8	8	12	11	7	10	14	6	9	109
	TOTAIS MENSAIS.....	14	12	14	19	16	15	24	18	9	40	181
	TOTAL ANUAL.....											181

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS NA TURMA

(JURISDIÇÃO PREVENTA)

N. DE ORDEM	ESPÉCIES DE PROCESSOS	JANEIRO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAIS
I	Agravos de Petição e Instrumento...	—	3	2	2	1	1	6	—	—	—	15
II	Apelações Cíveis.....	1	5	1	1	4	—	—	2	—	2	16
III	Recursos Extraordinários.....	6	9	2	2	8	2	4	1	7	1	42
	TOTAIS MENSAIS.....	7	17	5	5	13	3	10	3	7	3	73
	TOTAL ANUAL.....											73

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS NO BIÊNIO 1911 A 1942

N. DE ORDEM	ESPÉCIES DE PROCESSOS	1941	1942	DIFERENÇAS	
				Para mais	Para menos
I	Habeas-Corpus — Petições.....	193	159	—	34
II	Habeas-Corpus — Recursos.....	178	120	—	58
III	Mandados de Segurança.....	21	13	—	8
IV	Cartas Testemunháveis Criminais.....	—	1	1	—
V	Denúncias.....	2	4	2	—
VI	Recursos Extraordinários Criminais.....	13	32	19	—
VII	Revisões Criminais.....	4	1	—	3
VIII	Reclamações.....	1	—	—	1
IX	Conflitos de Jurisdição.....	35	61	26	—
X	Pedidos de Extradicação.....	—	1	1	—
XI	Homologações de Sentenças Estrangeiras.....	15	10	—	5
XII	Ações Rescisórias.....	1	13	12	—
XIII	Ação Cível Originárias.....	—	3	3	—
XIV	Rec. de Liquidação de Sentenças.....	8	7	—	1
XV	Cartas Testemunháveis Cíveis.....	11	11	—	—
XVI	Agravos de Petições e Instrumentos.....	612	570	—	42
XVII	Apelações Cíveis.....	397	255	—	142
XVIII	Recursos Extraordinários.....	1.012	1.049	37	—
	TOTAIS.....	2.503	2.310	101	294

NOTA: No ano de 1942, foram distribuídos *menos* 193 processos.

PROCESSOS ENTRADOS NO SUPREMO TRIBUNAL, DURANTE OS ANOS DE 1932 A 1941,
PELAS ESPÉCIES SEGUINTE:

a) MATÉRIA CRIMINAL

N. DE ORDEM	ESPÉCIES	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	TOTAL NO DECÊNIO, POR ESPÉCIE
I	Habeas-Corpus.....	433	404	484	339	329	306	387	444	318	379	3 823
II	Mandados de Segurança.....	—	—	62	116	174	150	86	65	23	22	698
III	Reclamações.....	1	1	1	—	1	—	—	—	1	1	6
IV	Denúncias.....	—	—	—	4	1	—	—	2	—	1	8
V	Pedidos de Extradicação.....	3	7	2	9	6	3	4	5	1	—	40
VI	Pedidos de Interv. Federal.....	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	2
VII	Recursos Criminais.....	32	43	57	63	33	21	6	—	1	—	256
VIII	Rec. Extraord. Criminais.....	—	—	—	—	—	1	3	3	5	14	26
IX	Apelações Criminais.....	28	47	41	33	57	39	—	—	—	—	245
X	Revisões Criminais.....	206	202	184	208	230	199	3	3	7	2	1.244
	TOTAIS ANUAIS.....	703	704	831	772	833	719	489	522	356	419	6 348

TOTAL NO DECÊNIO..... 6.348

PROCESSOS QUE DERAM ENTRADA NO PROTOCOLO, NO BIÊNIO 1941 A 1942

N. DE ORDEM	ESPÉCIES DE PROCESSOS	1941	1942	DIFERENÇAS	
				Para mais	Para menos
I	Habeas-Corpus — Petições	180	165	—	12
II	Habeas-Corpus — Recursos	199	120	—	79
III	Habeas-Corpus — Exigências	22	—	—	22
IV	Mandados de Seg. Originários	24	10	—	14
V	Cartas Testemunháveis Criminais	—	1	1	—
VI	Denúncias	1	1	—	—
VII	Recursos Extraordinários Criminais	14	29	15	—
VIII	Revisões Criminais	2	5	3	—
IX	Reclamações	1	—	—	1
X	Conflitos de Jurisdição	24	58	34	—
XI	Queixa Crime	—	1	1	—
XII	Homologações de Sentenças Estrangeiras	11	4	—	7
XIII	Ações Rescisórias	3	15	12	—
XIV	Ação Cível Originária	—	—	—	—
XV	Recursos de liquidação de Sentenças	6	10	4	—
XVI	Embargos Remetidos	2	—	—	2
XVII	Cartas Testemunháveis	16	14	—	2
XVIII	Agravos de Petições e Instrumento	636	594	—	42
XIX	Apelações Cíveis	375	277	—	98
XX	Recursos Extraordinários	1.047	1.133	86	—
XXI	Precatórias	71	52	—	19
XXII	Rogatórias	17	4	—	13
	TOTAIS	2.651	2.496	156	311

NOTA — No ano de 1942, deram entrada no protocolo *menos* 155 processos.

PROCESSOS QUE DERAM ENTRADA NO PROTOCOLO NO ANO DE 1942

N. DE ORDEM	ESPÉCIES DE PROCESSOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	M A I O	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAIS
I	Habeas-Corpus — Petições	21	4	15	8	17	10	22	21	12	19	8	11	168
II	Habeas-Corpus — Recursos	9	8	3	18	22	16	7	12	8	12	3	2	120
III	Carta Testemunhável Criminal	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1
IV	Mandados de Seg. Originários	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
V	Rec. de Mand. de Segurança	1	—	2	—	—	1	1	1	—	1	2	—	9
VI	Denúncias	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
VII	Rec Extraord Criminais	1	—	—	—	—	2	4	3	3	4	4	8	29
VIII	Revisões Criminais	—	—	—	—	—	2	1	—	2	—	—	—	5
IX	Queixa-Crime	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1
X	Conflitos de Jurisdição	4	3	2	3	3	2	6	5	5	4	8	13	58
XI	Homolog. de Sent. Estrangeiras	—	—	—	1	—	—	1	—	1	—	1	—	4
XII	Ações Rescisórias	4	—	2	3	1	1	1	—	1	—	1	1	15
XIII	Rec. de Liquid. de Sentenças	1	—	2	1	—	—	2	—	1	1	1	1	10
XIV	Cartas Testemunháveis	—	—	2	2	2	1	1	2	—	2	—	—	14
XV	Agravos de Pet. e Instrumento	49	38	43	48	49	66	53	42	38	57	62	49	594
XVI	Apelações Cíveis	24	29	28	20	23	29	26	14	19	22	22	21	277
XVII	Recursos Extraordinários	70	71	85	84	91	126	94	88	111	127	87	99	1.133
XVIII	Precatórias	4	—	1	4	1	1	5	5	8	10	6	7	52
XIX	Rogatórias	1	—	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	4
	TOTAIS MENSAIS	189	153	186	193	210	257	225	194	209	259	206	215	2.496
	TOTAL ANUAL													2.496

	Págs.
n) — Embargos Remetidos	35
o) — Apelações Cíveis	35
p) — Recursos Extraordinários	35
II — Da natureza dos julgamentos proferidos pela Primeira Turma e procedências dos processos, no ano de 1942	3G
a) — Cartas Testemunháveis Criminais	3G
b) — Recursos Extraordinários Criminais	36
c) — Cartas Testemunháveis Cíveis	37
d) — Recursos de Liquidação de Sentença	37
e) — Agravos de Petição e Instrumento	38
f) — Apelações Cíveis	38
g) — Recursos Extraordinários	39
III — Da natureza, dos julgamentos proferidos pela Segunda Turma e procedências dos processos, no ano de 1942	40
a) — Recursos Extraordinários Criminais	40
b) — Cartas Testemunháveis Cíveis	41
c) — Recursos de Liquidação de Sentenças	41
d) — Agravos de Petição e Instrumento	41
e) — Apelações Cíveis	42
f) — Recursos Extraordinários	43
l» — DAS AUDIÊNCIAS	45
I — Processos publicados em audiência, no decênio de 1932 a 1941	45
a) — Matéria Criminal	45
b) — Matéria Cível	46
II — Processos publicados em audiência, no biênio de 1941 a 1942	47
III — Processos publicados em audiência, no ano de 1942	48
IV — Recebimento de requerimentos em audiência, no ano de 1942	49
E) — DAS CAUSAS COM DIA PARA JULGAMENTO	50
a) — Matéria Criminal	50
b) — Matéria Cível	51
F) — Das DESERÇÕES	52
G) — DAS DISTRIBUIÇÕES	52
I — Processos distribuídos em 1042 :	
a) — Processos Novos	53
b) — Processos distribuídos em grau de embargos	54
c) — Processos distribuídos na Turma (Jurisdição Preventa)	65
II — Processos distribuídos no biênio de 1941 a 1942	56
H) — DO PROTOCOLO	
I — Processos entrados no protocolo do Supremo Tribunal Federal, durante o decênio de 1932 a 1941	57
a) — Matéria Criminal	57
b) — Matéria Cível	58
c) — Matéria Administrativa	59
II — Processos entrados no protocolo do Supremo Tribunal Federal, durante o biênio de 1941 a 1942	60
HE — Processos entrados no protocolo do Supremo Tribunal Federal, durante o ano de 1942	61
Da Antiguidade dos Exmos. Srs. Ministros	62